



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Outras economias no espaço: metodologias de mapeamento e sistematização de experiências de economia popular nos territórios

Sibelle Diniz

Cedeplar-FACE/UFMG e coordenadora do Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG

Bruno Siqueira Fernandes

Doutorando em Geografia (IGC/UFMG)

Luciana Corrêa do Lago

Professora no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - NIDES/UFRJ

Luísa Melgaço

Pesquisadora e extensionista no AUÊ! UFMG - Grupo de Estudos em Agricultura Urbana

Luz Marina Lopes de Almeida

Doutoranda em Economia no CEDEPLAR-UFMG

RESUMO GERAL

Desde a década de 1970, uma vasta literatura latino-americana foi produzida para debater o fenômeno emergente da economia informal. Essa literatura logrou mostrar que a informalidade, longe de ser o resultado de uma dinâmica incompleta de modernização ou a expressão de um processo de desenvolvimento mal sucedido, era, na realidade, parte fundamental da dinâmica capitalista na periferia e no Sul Global (Oliveira, 2014). A partir daí, uma série de conceitos e teorias buscaram tratar o papel desempenhado por essas atividades, substituindo a concepção de 'informal' por outros termos mais apropriados. Na América Latina, as ideias de economia popular, pólo marginal e economia dos setores populares (Razeto, 1993; Coraggio, 1994; Quijano, 1998) buscam dar conta deste fenômeno e de seu funcionamento no interior das economias urbanas latino-americanas.

Milton Santos (2008 [1979]) é um dos pioneiros nessa abordagem, com sua conceituação dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos. Para o geógrafo, as economias urbanas na América Latina seriam marcadas pela presença de dois circuitos, um circuito superior e outro inferior. No circuito

superior, predominam atividades intensivas em capital, com emprego de alta tecnologia e maior articulação e projeção com as dinâmicas do mercado internacional. Já o circuito inferior seria formado por uma miríade de práticas populares e informais, intensivas em trabalho, baseada em conhecimentos e tecnologias populares, e com uma profunda articulação com os territórios e as periferias das cidades. O circuito inferior, onde se localizam as práticas econômicas populares e informais, teria um papel central nessas economias, garantindo a reprodução social de grande parte da população periférica, e possuindo, ao mesmo tempo, várias formas de complementaridade com o circuito superior através da oferta de serviços variados, como os de circulação de mercadorias e documentos (motoboys, entregadores e motoristas), produção de materiais de divulgação (folhetos, banners, cartazes), alimentação a baixo custo e outros (Diniz, 2019).

Posteriormente, autores como o chileno Luis Razeto (1993) e o economista argentino José Luis Coraggio (1994) identificaram nas economias urbanas de seus países a presença de uma multiplicidade de atividades populares. Essas organizações eram marcadas por uma diferença em relação à economia empresarial-capitalista, uma vez que tinham como princípio orientador de suas atividades não o lucro e acumulação, mas, sim, a reprodução ampliada do grupo: a melhoria continuada das condições de vida e de reprodução social dos trabalhadores envolvidos nas unidades domésticas, entendidas como domicílios, famílias estendidas, grupos de amigos, grupos étnicos, entre outros (Coraggio, 2008). Dentre as atividades da economia popular, os autores apontam desde práticas familiares até experiências estruturadas em cooperativas e associações de produtores, grupos de ajuda mútua e mutirões para autoconstrução de moradias. Atualmente, no caso brasileiro, essa multiplicidade se expressa em diferentes tipos de organização: de bancos comunitários às práticas de agroecologia e agricultura familiar; de empreendimentos econômicos solidários às associações e cooperativas de trabalhadores, entre outros.

Mais recentemente, a socióloga Verónica Gago (2017, 2018) se ampara na categoria economia popular para descrever as diversas formas que o trabalho assume, hoje, fora da fábrica. A autora parte do contexto de desestruturação dos Estados de Bem-Estar Social (jamais consolidados plenamente na América Latina), crise do fordismo e entrada em um regime de acumulação flexível, financeirização e endividamento e, ainda, desindustrialização e desemprego estrutural. Todos os elementos apontados anteriormente forçaram o trabalho a assumir formas variadas para além da fábrica – ocupando ruas, calçadas, casas, vizinhanças, bairros e o centro das cidades. Gago dá o nome de "economias barrocas" à forma como as práticas de cálculo de lucro e de precificação, e outras expressões da racionalidade neoliberal, são constantemente assimiladas, pluralizadas e contestadas pelas classes populares. Essas novas formas de trabalho mostram que a sobrevivência em meio ao novo cenário capitalista neoliberal e financeirizado depende da multiplicação de estratégias que articulem o mercado e as dinâmicas capitalistas, mas que reorientem os frutos das atividades para a reprodução ampliada da vida coletiva, configurando o que a autora chama de "neoliberalismo desde baixo".

A autora discute ainda a diversidade de formas assumidas pelas economias populares: mutirões, coletivos e grupos de ajuda mútua, transações sem contrapartida monetária, redistribuição de alimentos, roupas e outros bens, empréstimos sem juros/lucro, entre outros. Em todos esses casos, o sentido do

trabalho, do dinheiro e da remuneração acaba reconfigurado pelas dinâmicas coletivas de reprodução ampliada, sujeitado a outras lógicas de funcionamento que operam e constituem um sentido de comunidade (Gago, 2017, 2018).

Mesmo diante dessa multiplicidade, o que parece ser consenso dentro desta literatura é a ideia de que essas práticas, a despeito de sua existência e relevância históricas, permanecem invisibilizadas por um regime discursivo e por um imaginário que privilegia as práticas que recaem dentro do tripé capitalista: trabalho assalariado – mercado – firma (Gibson-Graham, 2019a; Sousa Santos, 2002; Fernandes e Diniz, 2022). Em outras palavras, há uma certa concepção do que se considera, de fato, economia, que nos impede de levar a sério práticas econômicas orientadas por princípios de comportamento econômico além do mercado, como a reciprocidade e a domesticidade e a redistribuição (Polanyi, 2012). Essa concepção se atrela à dificuldade de mapear e identificar os atores das outras economias, o que contribui ativamente para sua invisibilização diante de políticas públicas e do orçamento do Estado.

Diante disso, a presente Seção Livre busca interrogar: quais ferramentas e metodologias podem ser mobilizadas para mapear e sistematizar esse conjunto de práticas? Qual o papel da Universidade e das práticas de ensino, pesquisa e extensão na visibilização desses atores e, em particular, na produção conjunta de conhecimentos e saberes populares? Quais teorias e metodologias permitem tensionar a dominância do discurso capitalocêntrico (Gibson-Graham, 2019b) e jogar luz sobre as outras economias e, em especial, à economia popular? E, por fim, como essas práticas se inserem nos contextos territoriais e regionais e quais perspectivas de desenvolvimento e de planejamento elas ensejam a partir de suas práticas coletivas e muitas vezes autogestionárias?

OUTRAS EPISTEMOLOGIAS PARA OUTRAS ECONOMIAS: O PAPEL DAS PRÁTICAS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA VISIBILIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Bruno Siqueira Fernandes / Doutorando em Geografia (IGC/UFMG) e
cocoordenador do Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em
Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG.

Tel.: (31) 99218-9251

Endereço: Av. Antônio Carlos 6627, prédio da FACE. Belo Horizonte, MG. CEP 31270-901.

As múltiplas crises contemporâneas fizeram retornar à centralidade do cotidiano político e acadêmico a necessidade de se pensar em alternativas ao Capitalismo. Seja pelo esgotamento de um modelo de desenvolvimento que ameaça a continuidade da vida de humanos e mais-que-humanos na Terra, ou pelo acirramento das contradições e das desigualdades sociais produzidas como pressuposto da continuidade do processo de acumulação, o Capitalismo precisa, como nunca, acabar. No entanto, como bem nota Mark Fisher, em seu célebre livro *Realismo Capitalista* (2009), parece “mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Essa dificuldade imaginativa diz respeito ao modo como o próprio capitalismo molda e constrói um imaginário sobre si mesmo que se torna dominante nas práticas cotidianas e que nos impede de pensar e visualizar práticas *para além* das práticas capitalistas.

O coletivo de geógrafas Gibson-Graham (2019a, 2019b) dão o nome de *Capitalocentrismo* a esse imaginário dominante que força todas as atividades econômicas a serem representadas “em termos de sua relação com o capitalismo”. Qualquer prática ou experiência que à princípio apareça como potencialmente “fora” da esfera de influência do capital, tende a ser reduzida e forçada a se apresentar em termos relacionais - como *oposta* ao capitalismo, como *complementares*, *subsumidas*, *parcialmente subsumidas*, *funcionais*, entre outros. Esse procedimento, onde as experiências são constantemente avaliadas *em função do capitalismo*, nos impede de ver as especificidades e a diversidade de relações já existentes e que se situam para além da racionalidade da acumulação e do lucro.

Contra essa redução do campo da experiência possível, uma série de autores e autoras, em particular do Sul Global, tem apostado nos conceitos de Economia Popular, Economia Solidária, Outras Economias e de Economias Diversas para se referir a um conjunto de práticas que i) não se orientam pela racionalidade do lucro e da acumulação de capital; e ii) excedem o tripé que organiza a economia capitalista: mercado - firma - trabalho assalariado. De modo geral, a pergunta que perpassa todas essas formulações é: como visibilizar e compreender uma série de práticas econômicas já existentes que excedem o modo dominante de se pensar a economia? Ou, em outras palavras, quais instrumentos, ferramentas, metodologias e epistemologias são nossas aliadas na visibilização desse campo de experiência rico em alternativas e imaginários de transformação?

Neste trabalho, buscamos apresentar a experiência extensionista do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG - Colmeia Solidária com a organização da Feira de Economia Popular e Solidária da FACE e a relação estabelecida com os grupos e empreendimentos econômico solidários (ESS) da Região Metropolitana de Belo Horizonte ao longo dos 10 anos do grupo. Serão apresentados dados coletados junto aos participantes da Feira, buscando entender a forma como os empreendimentos se inserem nas dinâmicas de desenvolvimento de seus territórios. Discutimos ainda instrumentos de mapeamento e sistematização das experiências empregados pelo grupo e a forma como a visibilização dessas práticas contribui para um tensionamento da teoria econômica dominante.

DOS TERRITÓRIOS POPULARES À CIDADE COOPERATIVA

Luciana Corrêa do Lago / Professora no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - NIDES/UFRJ.

Tel.: (21) 98631-3034

Rua General Venâncio Flores, 620/401. Rio de Janeiro, RJ. CEP 22441-090.

No contexto atual de profunda crise econômica, a diversidade de experiências associativas populares por todas as regiões do Brasil nos desafia a apreender a potência dessa diversidade como possibilidade de construção de uma cidade cooperativa, entendida como a materialidade de uma outra economia, popular e solidária. E para conceber tal construção, devemos partir das possibilidades presentes e buscar reverter as formas socioecológicas impostas pela acumulação do capital. Nesse caminho, a elaboração de metodologias e indicadores para a leitura da economia popular é uma das

estratégias centrais para o desenvolvimento da economia social e solidária. É preciso acionar instrumentos analíticos que tragam à tona as formas de solidariedade presentes nas práticas econômicas cotidianas de reprodução da vida social nos territórios populares.

O trabalho apresentará uma proposta de pesquisa militante já em curso, que busca expor a potência e as contradições presentes em experiências associativas urbanas, focando sobretudo nas tensões entre estratégias individuais/familiares e estratégias coletivas e na territorialidade de cada experiência. Entendemos que para avançarmos no projeto de uma outra economia é necessária a compreensão da territorialidade das trocas econômicas nas suas diferentes escalas. As unidades domésticas estão enraizadas em seus espaços cotidianos, muitas vezes com poucas conexões extra bairros, e a racionalidade que orienta a economia doméstica se transfere às diferentes formas coletivas de organização do trabalho.

A partir da pesquisa, podemos inferir que a materialidade e os processos de produção e apropriação do habitat popular expõem, por um lado, o acúmulo de carências urbanas das classes trabalhadoras; por outro, expõem também uma diversidade de práticas cotidianas de produção de bens para a reprodução da vida, que combina relações mercantis e solidárias, projetos familiares e coletivos e uso de recursos monetários e não monetários. Experiências associativas, muitas transformadas em movimentos de luta, possibilitam a transformação dessas práticas forjadas na carência em ações pedagógicas que colocam em questão os parâmetros dominantes de bem-estar urbano.

CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS E PRODUÇÃO DA VIDA NA RMBH

Luísa Melgaço / Pesquisadora e extensionista no AUÊ! UFMG - Grupo de Estudos em Agricultura Urbana

Tel.: (31) 99885-8223

Endereço: Av. Antônio Carlos 6627, prédio do IGC. Belo Horizonte, MG. CEP 31270-901.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) existe um conjunto amplo de habitantes que se dedicam à produção de alimentos saudáveis e à proteção dos espaços de natureza em suas atividades cotidianas. São agricultoras e agricultores cujas práticas subvertem a lógica do agronegócio, enfrentam os avanços da mineração e da especulação imobiliária, o capitalismo predatório e todas as formas de opressão e de ameaça à vida, resguardando e defendendo seus territórios e suas comunidades. Estas pessoas se associam em coletivos para produzir comida de verdade; para cultivar, preservar e defender a natureza; lutar contra o racismo e o patriarcado, para gerar renda e fomentar arranjos produtivos com relações de trabalho ambiental e socialmente mais justas, e para, dentre tantas outras formas, inventar a vida na experiência, nutrindo outras possibilidades de mundo.

No contexto das regiões metropolitanas brasileiras, os sistemas alimentares e a atividade agrícola, especialmente de base agroecológica, ainda são bastante invisibilizados, seja pelas lacunas, apagamentos e fragilidades de dados disponíveis sobre estas práticas ou por percepções e análises de que sejam uma atividade residual e um setor irrelevante para a economia de municípios metropolitanos. Esta visão das agriculturas em contexto

metropolitano como uma prática inviável, incompatível ou irrelevante, contudo, pode ser contraposta quando observamos, por exemplo a existência de áreas históricas de produção - mecanismo que garante a permanência do uso do solo agrícola e a coexistência da prática agrícola com a preservação de recursos naturais e enfrentamento às emergências climáticas.

Neste trabalho, abordaremos os circuitos curtos de produção, comercialização e consumo de alimentos e sua relevância no contexto de economias locais de muitos municípios. Consideraremos os sistemas alimentares metropolitanos e a circulação de alimentos como questões relevantes no planejamento urbano e regional, tratando o conjunto de avanços e impactos positivos que práticas agroecológicas produzem nestes territórios, como a promoção da agrobiodiversidade, recuperação e preservação da natureza - considerando água, solo e ar - a valorização da cultura local, a promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional da população, a construção de relações de trabalho mais justas, o fortalecimento da economia local e regional, entre outros impactos. Além disso, a produção de alimentos próxima da população que os consome permite a redução de custos de transporte e armazenamento e assegura a geração de renda e autonomia financeira nos territórios. As práticas de agricultura urbana, agricultura familiar, quilombola, indígena, de pequena escala, coletivas, comunitárias, dentre outras categorias quando social e ambientalmente responsáveis, produzem muito além de alimentos, mas também apontam para um outro paradigma de sociedade possível nas cidades.

Neste sentido, serão apresentados dados e informações sistematizadas sobre a circulação de alimentos na RMBH, construídos coletivamente por um conjunto de grupos de universidades, organizações sociais e instituições públicas que têm buscado convergir esforços para construir metodologias para identificar e caracterizar estas experiências visando ampliar o debate e a construção coletiva do conhecimento em torno dos sistemas alimentares metropolitanos.

ESPAÇO E PRODUÇÃO NA AMAZÔNIA: O CIRCUITO SOCIOESPACIAL E PRODUTIVO DO AÇAÍ NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Luz Marina Lopes de Almeida / doutoranda em Economia no CEDEPLAR-UFMG; técnica em gestão pública na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) - Pará

Tel.: (31) 97341-8888

Endereço: Av. Antônio Carlos 6627, prédio da FACE. Belo Horizonte, MG. CEP 31270-901.

A trajetória de produção no território da Amazônia se condensou parcialmente em atividades produtivas e comerciais de produtos florestais não madeireiros, como o açaí. Estabelecida principalmente no Nordeste do Pará, a economia do açaí foi desenhada sob intensa influência do processo de urbanização da Região Metropolitana de Belém (RMB) e da integração da capital paraense com a vida estuarina de suas ilhas, dependente da produção agroextrativista. Sob este contexto, se estabeleceram mercados com racionalidades e movimentos distintos na economia paraense. A economia do

açai, em particular, apresenta uma configuração privilegiada para entender a estrutura socioproductiva na Amazônia e na Região Metropolitana de Belém.

Com o intuito de analisar a configuração socioespacial dos mercados do açai na Região Metropolitana de Belém, este trabalho propõe diagnosticar a natureza das estruturas sociais e fluxos materiais e imateriais desta economia, considerando as peculiaridades da produção, circulação e consumo dos circuitos econômicos existentes, atreladas à biodiversidade e à divisão territorial do trabalho desenvolvida nas múltiplas atuações dos agentes locais.

Partindo de uma perspectiva plural de interpretação das práticas e racionalidades econômicas que estão além do parâmetro moderno-tradicional, este artigo se ampara em uma releitura da Economia Urbana Miltoniana (Santos, 2008 [1979/]), da Urbanização Extensiva de Roberto Monte-Mór (1994, 2015) e do aporte da Sociologia Econômica de Karl Polanyi (Polanyi, 2012) e da Economia Popular de José Coraggio (1994), que em um segundo momento, sustentam uma análise qualitativa dos circuitos socioespaciais de produção que se realizam na economia urbana do açai na Região Metropolitana de Belém.

Os instrumentos metodológicos estão pautados na revisão bibliográfica e dados secundários sobre a economia do açai na mesorregião Metropolitana de Belém, objetivando caracterizar o perfil de seus agentes, a natureza do trabalho, o nível de emprego e de renda, participação no PIB do Estado, a produção e comercialização local, nacional e para exportação. Com isso, busca-se identificar como a atividade se posiciona no sistema urbano – circuitos da economia - da RMB. A investigação também está balizada em uma pesquisa de campo qualitativa, que propõe caracterizar os níveis produtivos, das formas de relações entre agentes e grupos sociais, do processo de distribuição da produção, dos fluxos curtos e longos de comercialização e do destino do consumo final. Através do diagnóstico socioespacial da economia do açai na RMB, se vislumbra obter uma análise das formas de relações socioeconômicas, do mapeamento dos elementos dos circuitos no processo produtivo, dos fluxos de produção no espaço, bem como compreender os principais limitantes para economia do açai se tornar caminho para o desenvolvimento endógeno paraense.

REFERÊNCIAS

CORAGGIO, J. L. Economía urbana: la perspectiva popular. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, J. L. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. Otra Economía, v.2, n.3, p.41-57, jul./dez. 2008.

DINIZ, S. C.. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. Nova Economia (UFMG), v. 29, p. 963-985, 2019.

FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C. . Para uma multiplicação dos imaginários e das formas de fazer economia. ORG & DEMO, v. 23, p. 117-136, 2022.

FISHER, M. Capitalist Realism: is there no alternative? Portland: Zer0 Books, 2009.

GAGO, V. Neoliberalism from below: popular pragmatics and baroque economies. Durham: Duke University Press, 2017.

GAGO, V. What are popular economies? Some reflections from Argentina. *Radical Philosophy*, 2.02, 2018.

GIBSON-GRAHAM, J. K. A diverse economy: rethinking economy and economic representation. 2019b. Disponível em: <http://avery.wellesley.edu/Economics/jmatthaei/transformationcentral/solidarity/solidaritydocuments/diverseeconomies.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Economic imaginaries. 2019a. Disponível em: http://www.communityeconomies.org/sites/default/files/paper_attachment/Venice-gibson-graham.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. (Org.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

POLANYI, K. A subsistência do homem: e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

QUIJANO, A. La economía popular y sus caminos en América Latina. Lima: CEIS-Cecosam, 1998.

RAZETO, L. De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.

SANTOS, M. [1979] O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUSA-SANTOS, B. de. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.